

Ata de Reunião – Agosto/2022

Data:	15/08/2022	Hora: 14:30	Local: Auditório do Fórum Regional Imbuí -Aplicativo “Lifesize”
Solicitante:	Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho		
Presentes:	<p>Magistrados: Juízas Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Marta Moreira Santana, Renata Mirtes Benzano de Cerqueira, Laura Scaldaferrí Pessoa, Liana Teixeira Dumet, Ana Claudia Silva Mesquita, Rita de Cássia Ramos de Carvalho (Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais - representada pela Dra. Maria Clara Cosmo) e os Juízes Gilberto Bahia de Oliveira e Raimundo Nonato Borges Braga.</p> <p>Servidores: Pedro Lúcio Silva Vivas - representado pelo Servidora Yves Pavetto (SEPLAN), Leonice Santos Salgado (CDESC), Lígia Matos (DPG), Fabrício Nascimento Ferreira (SEAD), Jorge Medrado Júnior (DSP), José Romilson Mascarenhas (Núcleo Socioambiental), Dr. Maurício de Oliveira e Silva (CTJUD) Moisés Bisesti de Queiroz – representado por Gleyce (ASCOM). As ausências foram devidamente justificadas.</p>		
Ausentes:	Devidamente justificadas.		
Tema: Direcionamento das atividades do Núcleo Socioambiental para o 2^a Semestre/2022			
<p>Aos 15 dias do mês de agosto de 2022, às 14 horas e 30 minutos, no Auditório do Fórum Regional do Imbuí, no Térreo e na Sala de Reunião Virtual do Aplicativo Lifesize teve início a 8^a reunião do Núcleo Socioambiental (2022) onde presentes estavam: a Des. Maria de Fátima Silva Carvalho, Coordenadora do referido Núcleo e seus componentes: Juízas Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Marta Moreira Santana, Renata Mirtes Benzano de Cerqueira, Laura Scaldaferrí Pessoa, Liana Teixeira Dumet, Ana Claudia Silva Mesquita, Rita de Cássia Ramos de Carvalho, (Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais - representada pela Dra. Maria Clara Cosmo) e os Juízes Gilberto Bahia de Oliveira e Raimundo Nonato Borges Braga e os Servidores Pedro Lúcio Silva Vivas - representado pelo Servidor Yves Pavetto (SEPLAN), Fabrício Nascimento Ferreira (SEAD), Jorge Medrado Júnior (DSP), Leonice Santos Salgado (CDESC), Lígia Matos (DPG), José Romilson Mascarenhas (Núcleo Socioambiental), Moisés Bisesti de Queiroz (ASCOM). As ausências foram devidamente justificadas.</p> <p>Presentes também estavam os seguintes convidados: Juízas - Andrea Tourinho, Ângela Bacelar, Maria Angelica Matos, Fabiana Pelegrino; Juízes- Angelo Gerônimo Vita, Marcelo Britto e Paulo César Batista de Melo Jorge; A Administradora do Fórum Regional do Imbuí - Maria do Socorro Alves Pinheiro Pesente; Margareth Rego Sampaio Almeida – Servidora da Administração do Fórum do Imbuí e demais servidores do referido Fórum.</p>			

Iniciando os trabalhos, a Desembargadora Maria de Fátima saudou os presentes anunciando a pauta a ser discutida. Na ordem foram apresentados os seguintes temas:

Divulgou a nova entrega de colheita da Horta ao NACCI Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil, Centro Espírita Cidade da Luz, Orfanato Lar Vida (a este último também foi entregue fraldas descartáveis provenientes de uma campanha de arrecadação), Projeto ValeLuz (parceria firmada entre a Coelba e o TJBA para recolhimento de todo e qualquer item reciclável destinado ao descarte, resultando assim em desconto na conta de energia elétrica), Parceria com o programa Recicle Já Bahia, que conta com a colaboração de diversas Cooperativas vinculadas responsáveis pela coleta seletiva.

Apresentou as competências do CEJUSC socioambiental, cujo objetivo “é a solução consensual dos conflitos relacionados a danos ambientais, além de estudo e desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição pré-processual e processual relativa ao tema”, o desempenho de sustentabilidade do TJBA no período entre 2018 e 2021, revelando elevada preocupação com a performance insatisfatória no quadro de sustentabilidade quando comparado a outros Tribunais da federação.

Mencionou proposta de parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, Corregedoria das Comarcas do Interior, Ministério Público, Defensoria Pública para elaboração de um projeto de compensação ambiental, cujo objetivo é devolver parte dos recursos naturais utilizados, elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de caráter permanente; Projeto do Núcleo Itinerante, previsto no Plano Gestão de 2022, a necessidade da elaboração de um questionário mais eficiente em cooptar Juízes das Comarcas do Interior na colaboração com as demandas do Núcleo Sociambiental; gincana com os estagiários em que uma das tarefas inclui a doação de mudas para ampliação do jardim do TJBA; A necessidade de atualização do antigo PLS (Plano de Logística Sustentável), item por item, para a concepção de um novo PLS mais adequado.

Dada a palavra à Dr^a Renata Mirtes Benzano de Cerqueira, ressaltou a importância do Núcleo Socioambiental enquanto difusor da sustentabilidade no TJBA, destacando as disciplinas mais importantes para a contribuição na cultura do consumo consciente, através da atualização do PLS, do constante alinhamento com a agenda 2030 da ONU e a divulgação de seus dezessete objetivos. Detalhou algumas recomendações da resolução de nº400 do CNJ para compensação socioambiental, destacando de forma exemplificativa ações sugeridas, entre elas a implementação do empresômetro, materiômetro, taxigov, mobijuiz, etc).

Dada a palavra ao Dr. Gilberto Bahia, mencionou os objetivos iniciais do CEJUSC Socioambiental no momento de sua idealização, destacando sua importância e noticiando sobre as boas expectativas em relação ao seu funcionamento no segundo semestre.

Des^a Maria de Fátima Carvalho, reforçou as palavras do Dr. Gilberto Bahia, mencionando

o sucesso do CEJUSC em outros estados da federação, sobretudo em relação a celeridade processual, exemplificando seu funcionamento em conflitos de altíssima relevância, como aqueles decorrentes do rompimento da barragem de Brumadinho, nos quais o CEJUSC foi fundamental.

Dada a palavra ao Dr. Raimundo Nonato Borges Braga reforçou a preocupação com o desempenho do TJBA no pontuação no programa de avaliação do CNJ nas questões socioambientais destacando os quesitos submetidos a análise.

Sendo assim defendeu a internalização de uma cultura de sustentabilidade. Prosseguiu sugerindo a abolição do uso de copos descartáveis como ponto chave para melhora no quadro de avaliação e a implementação de placas fotovoltaicas nos estacionamentos para captação de energia solar. Ressaltou também a importância da ferramenta de Business Intelligence – BI para análise de dados que revelam pontos críticos que impactam na referida avaliação, facilitando a criação de soluções para otimização do uso de recursos. Finalizou explicando o SireneJud e fazendo considerações sobre os avanços atuais do TJBA.

Des^a Maria de Fátima Carvalho, deu prosseguimento concordando e enaltecendo as ideias do Dr. Raimundo Nonato. Reforçou a necessidade do envolvimento da comunidade jurídico-institucional para obtenção de melhores resultados na persecução da eficiência socioambiental.

Dada a palavra a Dr^a Ana Claudia Silva Mesquita, usou como exemplo sua proatividade na adoção de hábitos sustentáveis e ressaltou a importância do engajamento de todos na mudança cultural cujo norte deve ser pautado na sustentabilidade.

Dr^a Marina Rodamilans, citou os 17 objetivos da agenda 2030 da ONU e prosseguiu destacando a urgente necessidade de abolição do uso de copos descartáveis, entre outras práticas que necessitam ser modificadas para otimizar a gestão de recursos. Prosseguiu sugerindo uma reunião virtual com os juízes de outras comarcas para difundir a cultura sustentável.

Com a palavra a Dr^a Marta Moreira Santana, salientou a urgência da instalação de dispositivos de captação de energia fotovoltaica nas dependências do TJBA. Prosseguiu reforçando a importância da adaptação nos hábitos de trabalho diário, como evidente meio de adequação cultural na busca de uma sociedade mais consciente e eficaz no que concerne a gestão de recursos e educação ambiental.

Dada a palavra ao Dr. Fabricio Ferreira, mencionou a instalação de placas fotovoltaicas na comarca de Castro Alves, Itaberaba e no novo prédio do Juizado de Feira de Santana. Cientificou os presentes sobre a existência de novos projetos para o biênio a seguir que já incluem a instalação de placas fotovoltaicas, a exemplo da comarca de Canarana, Lapão, entre outras.

Des^a Maria de Fátima Carvalho rememorou a necessidade de que tudo que envolve a agenda 2030 da ONU e o PSL, deverá ser comunicado ao Núcleo Socioambiental conforme orientação do CNJ. Reforçando assim a necessidade do alinhamento dos projetos da SEAD a essas normas.

Dando continuidade, Dr. Fabricio detalhou os trâmites de novos projetos de competência da SEAD tocados com a parceria da Coelba.

Dr^a Leonice Salgado cientificou a todos sobre a realidade das Comarcas do interior no que concerne às demandas socioambientais. Realidade essa que passou a ser registrada com maior intensidade no final do ano de 2018. Prosseguiu noticiando avanços e desafios na seara socioambiental nas praticas laborais do interior.

Por fim, a Coordenadora do Núcleo Socioambiental, Desembargadora Maria de Fátima Carvalho, agradeceu a todos os participantes pelo comparecimento e colaboração.

Eu, Rosângela Campos de Oliveira, Servidora do Núcleo Socioambiental, Cadastro nº 800.332-7, escrevi.

Finalização: 17h10min.